

DOBRAS INTERDISCURSIVAS E EFEITOS IMAGINÁRIOS: A ILUSÃO DE SUBJETIVIDADE

Cármem Lúcia Hernandes Agustini*

RESUMO: Neste artigo, analisamos o funcionamento das dobras interdiscursivas na construção enunciativa dos sentidos, sob a perspectiva teórica da Semântica Histórica da Enunciação, em relação aos efeitos imaginários que elas empenham no dizer. Buscamos mostrar que esses efeitos imaginários colaboram para o estabelecimento da ilusão de subjetividade. A ilusão de subjetividade é um componente inalienável do funcionamento do discurso e da construção enunciativa dos sentidos, posto que a constituição do sujeito e dos sentidos encontra na subjetividade uma condição necessária para o estabelecimento de um sujeito coerente, com certa permanência (duração), certa especificidade e certo domínio, o que garante ao dizer a consistência necessária para que o sujeito signifique e produza sentidos.

ABSTRACT: In this article, we analyse the way 'discursive folds' work in the construction of meaning, in relation to the imaginary effects they produce in speech. With the theoretical support of the Historical Semantics of Uttering, we seek to show that such imaginary effects collaborate in the establishment of the illusion of subjectivity, an inalienable component of discursive functioning and of meaning construction, inasmuch as the constitution of the subject and of meaning finds in subjectivity a condition necessary to the establishment of a subject who is consistent and presents a certain duration, specificity and domain. Such consistence guarantees the coherence necessary in speech for the subject to produce meaning.

1. Introdução

OS PROCESSOS enunciativos e os mecanismos do funcionamento discursivo se realizam por meio de uma relação complexa, necessária e constitutiva com o interdiscurso. Eles estabelecem o esquecimento da determinação do sujeito, enquanto posição-sujeito, pelo interdiscurso, sob a aparência da tomada de posição do sujeito-falante na atividade de linguagem.

O presente texto objetiva analisar um fenômeno que se põe nos interstícios de tal consideração. Buscamos compreender e explicitar a relação entre as dobras interdiscursivas e os seus efeitos imaginários no estabelecimento da ilusão de subjetividade. Para tanto, discorreremos sobre a ilusão de subjetividade, procurando compreendê-la e conceituá-la em nosso quadro teórico de filiação, para, dessa forma, mostrar sua relevância na construção enunciativa dos sentidos. Para a análise aqui proposta, selecionamos alguns recortes de linguagem-e-situação de duas entrevistas pertencentes ao acervo *Certas Palavras*, sendo uma entrevista com Celso Furtado e outra com Fernando Henrique Cardoso. Duas personalidades consideradas relevantes no cenário político e intelectual do Brasil!

O fenômeno das dobras interdiscursivas nos aparece no discurso cotidiano como uma intervenção do sujeito-falante em seu próprio dizer, a fim de esclarecer, explicar e/ou expor uma opinião, constituindo-se, assim, como um lugar de subjetivação. Sob nossa perspectiva teórica, o fenômeno não se atém meramente a marcas formais ou a ser comentários de um sujeito-falante. Considerar as dobras interdiscursivas como comentários de um sujeito-falante é tomar o fenômeno como um reflexo direto do 'real' do processo enunciativo-discursivo. Em verdade, ele traz em si funcionamentos enunciativo-discursivos que nos permitem (re)conhecer o processo de constituição dos sentidos do/no discurso e os mecanismos do funcionamento discursivo. Daí julgarmos necessário, de início, inscrevê-lo em nossa teoria, defini-lo e tecer algumas considerações teóricas e outras analíticas, antes de passarmos para a análise dos recortes.

2. Inscrição do fenômeno na teoria

A Semântica Histórica da Enunciação se constitui de pressupostos teóricos e epistemológicos que orientam a análise para um caminho em que se considera a relação língua/interdiscurso (materialidade simbólica: lingüística e histórica) no processo enunciativo. Por conseguinte, não funciona como um modelo de análise no qual o material analítico deva ser encaixado. Ao contrário, fornece um dispositivo teórico que nos permite analisar o discurso em relação aos processos de significação que o constituem, por meio de seus mecanismos de funcionamento.

A Semântica Histórica da Enunciação resulta de um movimento de pensamento e do esforço teórico de construir uma semântica que considera a historicidade da língua e o descentramento do sujeito. Uma teoria do discurso como lugar de constituição dos sentidos que rejeita a con-

cepção de sujeito como uma entidade empírica caracterizada como dona de sua vontade e com livre-arbítrio². O sujeito não coincide com o indivíduo empírico. Ao contrário, é uma dispersão de posições de sujeito discursivas.

O intradiscurso, a nosso ver, são recortes no próprio interdiscurso que o sujeito, imbuído histórica e ideologicamente por certos lugares discursivos, empreende no acontecimento enunciativo. São fragmentos interdiscursivos tecidos pela interpelação em fio do discurso, o que empresta ao dizer a ilusão de unidade. Conforme Pêcheux (1975), *sob a forma de algo que fala antes, em outro lugar e independentemente*, as relações interdiscursivas configuram uma anterioridade e uma exterioridade a todo discurso. O intradiscurso se constitui como lugar de formulações possíveis, relacionando o dizer ao não-dito no acontecimento enunciativo. O intradiscurso, portanto, é um efeito do próprio interdiscurso sobre si mesmo. A formulação intradiscursiva perfaz um intrincamento de formações discursivas que estabiliza o discurso e que garante a consistência do dizer. Assim sendo, as dobras interdiscursivas, que se põem no acontecimento enunciativo, são parte de um processo ininterrupto: a determinação do intradiscurso pelo interdiscurso. Processo que ganha visibilidade quando um dizer pertinente a uma formação discursiva contrária perpassa o limiar intradiscursivo, provocando uma ressonância interdiscursiva de significação. Neste ponto do dizer, a dobra interdiscursiva emerge como um mecanismo de controle dos sentidos, para que os sentidos mantenham a direção pré-determinada pelo lugar de inscrição-identificação do sujeito, colaborando, assim, para o estabelecimento das ilusões de subjetividade e de unidade, como podemos observar em (A) e (B)³:

(A) *Mas essas coisas são o fermento da política, senão ela corre o risco de virar uma conciliação permanente de interesses. A política tem muito disso, mas tem de ter também algo de quebra de interesses – e acho que o intelectual quebra mais⁴. Não por acaso os grandes revolucionários foram intelectuais. Basta citar Lênin, para não falar de Marx ou mesmo de Khomeini.* (FHC)

(B) *O que me preocupa hoje – a mim que já vivi distintas fases da luta pelo desenvolvimento do Brasil - o que me preocupa hoje é a apatia, o desvio das atenções para o estritamente perfunctório, para o imediato, para o que é conjuntural, para a crise deste momento, como se o Brasil não fosse um processo histórico maravilhoso.* (CF)

As dobras interdiscursivas, enquanto efeitos de sentido, são inserções parafrásticas denegativas do próprio efeito do interdiscurso que irrompe no intradiscurso, (re)significando-o. As dobras interdiscursivas acompanham um percurso da diversidade das formas de ressonância dos sentidos

de um dizer-outro e dos mecanismos interpretativos que elas empenham, constituindo-se como o encontro de um não-um (os muitos sentidos) dos sentidos no dizer. Por conseguinte, procuram fixar um sentido x para o dizer, funcionando como uma paráfrase⁵ denegativa do efeito de sentido proveniente do interdiscurso. Uma formulação intradiscursiva do próprio efeito do interdiscurso necessária para administrar/silenciar a não-coincidência de dizeres-e-sentidos que se põe no tecido discursivo do/no acontecimento enunciativo. Silenciamento esse fundamental para o estabelecimento da ilusão de subjetividade – o sujeito como fonte estratégica e intencional do seu dizer – e da ilusão de unidade do discurso e do sujeito.

O funcionamento denegativo⁶ das dobras interdiscursivas refere-se ao fato de que elas negam dizeres-e-sentidos-outros que se põem no discurso, sem, contudo, apagá-los, posto que denegar é dizer negando e/ou negar dizendo. A denegação descortina a presença de dizeres-e-sentidos-outros que se constróem na formulação do dizer como vestígios da passagem do sujeito por um lugar de significação contrário à formação discursiva que predomina no acontecimento enunciativo, produzindo um efeito de visibilidade do interdiscurso, o que nos permite dizer que o intradiscurso é resultado de uma relação de determinação constitutiva com o interdiscurso. Em outras palavras, o funcionamento denegativo das dobras interdiscursivas é um processo discursivo de administração de dizeres-e-sentidos-outros provenientes de discursos-outros (outros lugares de significação) que participam da constituição do sujeito, mas que não lhe são identificados-reconhecidos-aceitos no gesto de interpretação erigido pelo efeito da tomada de posição. Sendo assim, a denegação trabalha uma relação de identificação que circunscreve o equívoco, mas que não apaga a relação de alteridade que subjaz à denegação contida na dobra interdiscursiva.

A denegação mascara os dizeres-e-sentidos-outros que, apesar de participarem da constituição do sujeito, não lhe é permitido dizê-los, devido à formação discursiva que predomina no processo de interpelação e/ou devido ao contato com o social e suas coerções. A denegação verbaliza a dispersão do sujeito e do sentido, estabelecendo um lugar para o equívoco, para a deriva dos dizeres-e-sentidos. Porém, é esse mesmo funcionamento denegativo que impele uma diretividade ao dizer. Diretividade que garante a consistência do dizer do/no acontecimento enunciativo. Por conseguinte, o discurso relaciona-se com uma posição de significação predominante, sendo por ela determinado, ou seja, é em torno dessa posição de significação que se organizam as relações entre os diferentes lugares discursivos que constituem o sujeito. Sendo assim, podemos descortinar no funcionamento denegativo das dobras interdiscursivas os diferentes lugares de significação que participam na construção enunciativa dos sentidos.

As dobras interdiscursivas podem ser reconhecidas por uma relação de seu funcionamento discursivo com marcas formais no material lingüístico que sustém o discurso. Marcas formais que sinalizam a emergência das dobras interdiscursivas no discurso. As dobras interdiscursivas podem ser reconhecidas pela co-ocorrência de certas marcas prosódicas⁷ que as identificam e as delimitam: aumento da velocidade, mudança de tessitura e presença de pausas iniciais e finais. Elas também podem interferir na sintaxe, interrompendo a seqüência oracional na qual se inscrevem, sem estabelecer com ela um nexó formal aparente.

Segundo Cagliari (1992), a tessitura é a variação na altura da melodia da fala. Ela será baixa ou alta dependendo da relação com a tessitura normal de cada sujeito-falante. A tessitura alterna-se com a presença de pausas e a ocorrência de ambas acentua o valor de *deslocado* dos elementos sintáticos (idem: 140). A pausa⁸ *segmenta* a fala. Ela geralmente indica o deslocamento de elementos sintáticos e a mudança brusca do conteúdo semântico. Diríamos nós, por outro lado, que a co-ocorrência destas marcas prosódicas sinalizam a formulação intradiscursiva de um dizer-e-sentido-outro que ecoa verticalmente no discurso e que advém de outro lugar de significação. Daí seu caráter de *deslocado*.

O aumento da velocidade, segundo Cagliari, está ligado à enunciação posterior de um argumento (enunciado) importante. Consideramos que, no caso das dobras interdiscursivas, o aumento da velocidade esteja relacionado à política do silêncio. Silenciar (leia-se administrar) os dizeres-e-sentidos-outros que se põem no dizer rapidamente para que não se entrembram espaços-outros de interpretação para o(s) possível(eis) interlocutor(es). O aumento da velocidade associado à mudança de tessitura bloqueia a entrada do(s) interlocutor(es) no discurso, possibilitando espaço para a (re)formulação dos dizeres-e-sentidos-outros que ecoam verticalmente no discurso e que ultrapassam o limiar intradiscursivo, podendo possibilitar a fuga dos sentidos para outros lugares de significação contrários ao que predomina no acontecimento enunciativo.

Paradoxalmente, defendemos que as dobras interdiscursivas administram os dizeres-e-sentidos-outros que se põem no acontecimento enunciativo sem, contudo, apagá-los, ou seja, sem apagar o equívoco e, por conseguinte, sem negar a polissemia⁹. As dobras interdiscursivas são formulações irremediavelmente equívocas. Elas trabalham a polissemia, lidam com a polissemia, direcionando o dizer para um determinado lugar de significação que injunge o sujeito no/do acontecimento enunciativo. Por conseguinte, ligam-se à heterogeneidade da linguagem e à dispersão do sujeito. Elas são lugares enunciativo-discursivos onde a heterogeneidade e a dispersão do sujeito são visíveis pelo funcionamento do interdiscurso na constituição dos sentidos do/no discurso.

Falta-nos dizer por que denominamos o *fenômeno dobras interdiscursivas*. Consideramos que essa nomeação condiz com nossas filiações teóricas, uma vez que, retomando as considerações de Deleuze (1986) referentes ao que nos diz Foucault sobre a subjetividade da/na linguagem e deslocando essa leitura de Deleuze para o nosso campo teórico, podemos compreender o dizer como um lugar onde os centros difusos do poder (leia-se diferentes formações discursivas) não existem sem a resistência (formações discursivas contrárias) e que o poder, ao constituir sentidos, reclama, suscita dizeres-e-sentidos que resistem a ele. É a força da exterioridade discursiva (interdiscurso) que não pára de deslocar os sentidos para outros lugares de significância, não pára de entreabrir a possibilidade de os sentidos serem sempre outros. Sendo assim, o intradiscurso é uma dobra do interdiscurso, como o navio é uma dobra do mar (idem: 104). Em outros termos, queremos dizer que o interdiscurso é a condição de existência do intradiscurso, assim como o mar é a condição de existência do navio. O dizer, por conseguinte, não é uma projeção do interior do indivíduo. Ao contrário, é um (des)dobramento do interdiscurso, a instauração de uma exterioridade discursiva por meio da enunciação. A subjetividade deriva do poder e do saber, mas não depende deles, porque é histórica. O poder é estabelecido pelas formações sociais e o saber pelos esquecimentos n°1 e n°2¹⁰.

O interdiscurso, que multiplica o presente e que não se distingue no esquecimento, confunde-se com o (des)dobramento porque permanece presente naquele como aquilo que é dobrado (dito). É o esquecimento que torna possível encontrar no dizer aquilo que está dobrado na memória (na própria dobra). Nessa medida, podemos dizer que o fenômeno das dobras interdiscursivas é um lugar onde a dobradura de um efeito do interdiscurso é visível.

3. Discurso, posição-sujeito e dobras interdiscursivas

O indivíduo é interpelado em sujeito pela Ideologia (Pêcheux, 1975). A interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se realiza por meio da inscrição-identificação com diferentes formações discursivas que o constituem no acontecimento enunciativo, havendo a re-inscrição dos traços históricos e ideológicos que o determinam como sujeito em seu próprio dizer. Daí que, ao agir e/ou ao dizer, há uma mobilização de diferentes posições de sujeito e, portanto, de distintas formações discursivas.

A interpelação ideológica, a nosso ver, não é algo fixo e completo. Ao contrário, a mobilidade e a incompletude viabilizam o equívoco, o deslize na interpelação, posto que o indivíduo é tomado por diferentes formações

discursivas que o constituem como sujeito e que o fazem significar no acontecimento enunciativo. O sujeito (unidade imaginária) é movimentado por diferentes posições de sujeito, o que permite ao indivíduo, por exemplo, assumir diferentes posições sociais¹¹.

Há nos processos de inscrição-identificação do sujeito uma pluralidade contraditória de filiações históricas que movimenta a relação entre o interdiscurso e a manifestação do inconsciente e da ideologia na produção dos sentidos e na constituição dos sujeitos e que expõe todo e qualquer enunciado ao equívoco da língua, deixando-o suscetível de tornar-se outro (Orlandi, 1998:11). É a mobilidade e a incompletude da interpelação que permitem a coexistência desta pluralidade contraditória de filiações históricas e ideológicas e, por conseguinte, o movimento discursivo que engendra a possibilidade de transformações sociais do/no indivíduo-sujeito e/ou em uma determinada coletividade.

Com relação às dobras interdiscursivas, podemos dizer que são lugares enunciativo-discursivos que mostram o movimento do sujeito na constituição dos sentidos do/no discurso. Esse movimento não é consciente ou intencional. É um movimento oriundo da própria incompletude da interpelação histórica e ideológica e, por conseguinte, da incompletude do discurso e do sujeito. Portanto, os sentidos do/no discurso resultam da passagem do sujeito por regiões de significância que o injungem no acontecimento enunciativo. Dentre essas regiões, há sempre umas que se sobrepõem às outras e que, por conseguinte, predominam no dizer.

O sujeito do discurso não reconhece a determinação histórica e ideológica, visto que essa se realiza sob a forma da autonomia, engendrada pela ilusão de subjetividade. Essa ilusão é um processo constitutivo do discurso e, por conseguinte, da enunciação. Sendo assim, podemos dizer que as dobras interdiscursivas, enquanto paráfrases denegativas do próprio efeito do interdiscurso que são, constituem um ponto nodal do dizer, uma vez que colaboram para o estabelecimento da ilusão de subjetividade e, em decorrência, da ilusão de unidade do discurso.

O sujeito do discurso prende-se aos processos enunciativo-discursivos que corroboram tais ilusões, denotando *fantasias metafísicas*, como, por exemplo, a fantasia de duas mãos que, tendo cada uma um lápis, desenhavam-se sobre a mesma folha de papel¹². Fantasia que sustém a ilusão do desenho, enquanto o dizer, por analogia, sustém a ilusão de subjetividade. As dobras interdiscursivas participam, de forma fundamental, da construção de tal ilusão. Na verdade, as dobras interdiscursivas descortinam um efeito da determinação do interdiscurso sobre o intradiscurso enquanto resultado de um movimento de dizeres-e-sentidos.

Para um melhor entendimento de tal afirmação, exploramos o fenômeno por meio de uma analogia com a Faixa de Möbius¹³. A Faixa de

Möbius é uma superfície bidimensional não-orientável com bordo; por conseguinte, tomando-se a faixa como análoga ao discurso, podemos dizer que a dobra interdiscursiva é constitutiva do discurso enquanto efeito de sentido. Em outros termos, as propriedades topológicas da Faixa de Möbius nos permitem dizer que, além de mostrar uma não-coincidência de dizeres-e-sentidos, as dobras interdiscursivas são paráfrases do efeito do interdiscurso sobre si mesmo, uma vez que o intradiscurso se constitui de recortes do próprio interdiscurso, só que sob a forma de fio do discurso.

As dobras interdiscursivas administram/silenciam o efeito do interdiscurso que perpassa o discurso, denotando a ilusão subjetiva de que o sujeito controla estratégica e intencionalmente o seu dizer. Ilusão essa que viabiliza a ilusão de unidade do discurso e do sujeito. É esse jogo de silenciar e/ou acomodar o efeito do interdiscurso no intradiscurso por meio de uma dobra parafrástica do dizer exterior (dobra do lado de fora – interdiscurso – para o interior do intradiscurso, engendrando a unidade do discurso em um acontecimento enunciativo), que produz tais ilusões necessárias para semantizar e particularizar a enunciação. Mas isso apenas é uma ilusão do olhar local sobre a Faixa de Möbius e, por conseguinte, sobre o discurso. Na verdade, as dobras interdiscursivas são indicadores de um processo que ocorre ininterruptamente, apenas com maior ou menor grau de visibilidade ou consciência, na medida em que da ilusão de unidade ocorre uma fundação enunciativo-discursiva, a qual historiciza o sentido. Por outro lado, é o não-dito que permite ao discurso significar. Há vários dizeres-e-sentidos perpassando o discurso simultaneamente. Estes dizeres-e-sentidos-outras podem ou não ecoar pelo intradiscurso. Quando ocorre tal ressonância, uma necessidade discursiva, que se refere à textualização do político¹⁴, faz emergir uma dobra interdiscursiva.

A emergência das dobras interdiscursivas no tecido discursivo sustém um deslocamento do sujeito, enquanto unidade imaginária, para um outro plano de percepção da língua, uma vez que ocorre quando um dizer-e-sentido-outro adere ao intradiscurso e ressoa para o próprio sujeito no gesto de interpretação erigido pelo efeito da tomada de posição e reconhecido pelo efeito das identificações assumidas. Daí dizermos que as dobras interdiscursivas produzem um efeito de visibilidade do interdiscurso. As propriedades topológicas da Faixa de Möbius permitem-nos caracterizar a intersecção como estruturalmente definível por uma certa relação da superfície consigo mesma, na medida em que, retornando sobre si mesma, ela se atravessa em um ponto sem dúvida a ser determinado. Essa linha de travessia é o que pode simbolizar a função da identificação (Lacan apud Pêcheux, 1975:184).

A tomada de posição deve ser compreendida como o efeito, na forma-sujeito, da determinação do interdiscurso como discurso-transverso, isto é, o efeito da exterioridade do real ideológico-discursivo, na medida em que ela se volta sobre si mesma para se atravessar. Nessas condições, a tomada de posição resulta de um retorno do Sujeito no sujeito, de modo que a não-coincidência subjetiva que caracteriza a dualidade sujeito/objeto, pela qual o sujeito se separa daquilo de que ele toma consciência e a propósito do que ele toma posição, é fundamentalmente homogêneo à coincidência-reconhecimento pela qual o sujeito se identifica consigo mesmo, com seus semelhantes e com o Sujeito. O desdobramento do sujeito – como tomada de consciência de seus objetos – é uma reduplicação da identificação, precisamente na medida em que ele designa o engodo dessa impossível construção da exterioridade no próprio interior do sujeito (Pêcheux, 1975:172).

A partir da leitura desse recorte, estabelecemos nossa reflexão sobre o fenômeno das dobras interdiscursivas. A questão da não-coincidência que elas empenham, a relação com a tomada de posição, os efeitos imaginários, a ilusão de subjetividade e a ilusão de unidade do discurso e do sujeito. Esse recorte compreende a chave para a compreensão do fenômeno aqui abordado, o qual se constitui como um lugar no dizer em que o funcionamento dos mecanismos discursivos pode ser observado e comprovado. É um lugar em que o interdiscurso opera de modo visível na determinação dos sentidos e do sujeito. Lugar em que o sujeito resiste à não-coincidência subjetiva e à não-coincidência dos dizeres-e-sentidos, em que a identificação produz a ilusão de subjetividade. Engodo para muitas teorias da linguagem que permanecem trabalhando no/o imaginário da língua.

4. As entrevistas

As entrevistas, apesar do caráter fragmentário inerente e da pluralidade temática, apresentam uma diretividade, impelida pela posição de sujeito que predomina no acontecimento enunciativo e que organiza/administra a relação entre as diferentes posições-sujeito que constituem o sujeito-falante enquanto sujeito do discurso. As posições-sujeito são afetadas pelas representações imaginárias que se configuram no social. As representações põem em questão uma perspectiva para o dizer, tornando-o, nas entrevistas em estudo, um dizer de 'político'.

Em relação à entrevista de Celso Furtado, podemos dizer que a posição de sujeito que predomina procura *limpar* a imagem pejorativa da Sudene e, por conseguinte, a imagem do sujeito-falante, para dissociá-las das falca-

tuas políticas da chamada *indústria da seca*. O procedimento discursivo de dissociação joga com a construção de uma imagem positiva da Sudene na época de Celso Furtado, tanto que poderíamos dizer que, nessa perspectiva, o título do livro-base da entrevista - *A fantasia desfeita* - funciona como uma grande metáfora, no sentido usual do termo, da ruína e da corrupção que caracterizam a Sudene hoje. Afinal de contas, estamos diante, nada mais, nada menos, do idealizador e primeiro diretor da Sudene – mas, digamos, antes de tudo, de um político-economista. Por conseguinte, a posição de sujeito que administra/organiza a relação entre as diferentes posições de sujeito que participam do/no acontecimento enunciativo se mostra como uma representação do político enquanto tipo.

A (re)organização imaginária do acontecer da história trabalha a memória discursiva, configurando um espaço de legitimação para os dizeres-e-sentidos que o lugar de inscrição-identificação do sujeito impele no discurso. O jogo temporal argumentativo engendra uma narrativa que subjaz ao dizer de Celso Furtado. Essa narrativa ao mesmo tempo enuncia as diferenças de representação para a Sudene e as produz, posto *que o próprio processo da história se manifesta como duplo: ação e relato*¹⁵. Analisemos alguns recortes apenas para explicitar a diretividade do dizer e o jogo temporal que cinde as representações estabelecidas no acontecimento enunciativo.

Naquele momento^a, 1960, o Nordeste estava mobilizado. Havia preparado, através da Sudene^b, um plano-diretor que estava sendo discutido no Congresso Nacional. (CF)

Nós conseguimos, naquela época^c, que os dois candidatos à presidência da República apoiassem esse plano-diretor. (CF)

Hoje^d, eu vejo nova mobilização do país em torno de uma eleição presidencial. O Nordeste praticamente não existe. (CF)

*O quadro nordestino é tão grave quanto o de **minha época^e**. Eu até diria pior, porque **nesse período^f por iniciativa da Sudene^g** o Nordeste conheceu um período de crescimento econômico que se limitou a criar uma grande fachada de desenvolvimento. (CF)*

Já não estou na fase da vida^h de tomar iniciativa e ir para a frente da luta, mas quis, lançando esse livro, convocar a **nova geraçãoⁱ** a retomar o problema do Nordeste, pensar o Nordeste, tomar conhecimento do que já se fez **no passado^j**, do que se tentou, onde se falhou, o que é realmente significativo e o que não chegou a ser feito. (CF)

*Se tivéssemos começado **trinta anos atrás^k** com uma política ampla de melhoria efetiva da base mesmo, que é a questão da alimentação, da moradia, do investimento humano naquilo que chamamos de necessidades básicas da pessoa, **hoje^l** o Nordeste seria diferente. (CF)*

Se hoje^m existe uma agricultura nova de irrigação no São Francisco, foi graças a um projeto que iniciamosⁿ e que obteve amplo apoio das Nações Unidas. (CF)

A área da Sudene inclui também uma parte pré-amazônica, e um dos projetos mais interessantes que ela elaborou, em minha época^o, foi exatamente o de criação de uma estação experimental para desenhar um modelo de colonização adequado para a Amazônia. Eu creio que, se esse projeto tivesse sido levado adiante, hojeⁿ estaríamos em outras condições para enfrentar o problema amazônico, o problema da utilização racional dos recursos naturais da Amazônia. (CF)

Nos quase seis anos que dirigi a Sudene^a jamais os pareceres técnicos preparados pela Secretaria Executiva foram abandonados. As decisões foram tomadas em função deles. Era, de alguma maneira, uma revolução na forma de governar; não eram decisões baseadas em cambalachos, em tramóias políticas^f. (CF)

Quando comecei a briga no Nordeste^s, estava fora do alcance do Brasil fazer um grande projeto. Imaginei que a Aliança para o Progresso poderia oferecer uma saída, e ela fracassou. Mas os recursos de que dispunha o governo brasileiro eram muito poucosⁱ. (...) Hoje^u estamos em outra realidade histórica que é a de que o país dispõe de meios, mas para dispor de meios precisa colocar ordem em sua casa. (CF)

a, b, c representam a Sudene da época de Celso Furtado. No dizer de Celso Furtado, a representação temporal do passado se constitui como uma paráfrase da Sudene na época de Celso Furtado.

d é uma representação temporal do hoje que constitui uma paráfrase da Sudene após Celso Furtado. O hoje estabelece uma relação de continuidade desde a saída de Celso Furtado da direção da Sudene até a atualidade. Essa relação de continuidade tem sua razão de ser, uma vez que o lugar de inscrição-identificação determina a intenção do sujeito para uma discursividade que pode ser parafraseada por: “você têm uma imagem errônea de minha pessoa e da Sudene que idealizei e que dirigi durante quase seis anos. Não fui eu quem criou a Sudene que vocês conhecem. Criei a Sudene para beneficiar o povo nordestino e ajudá-lo a acabar com sua situação miserável, mas cassaram meus direitos e desfiguraram a Sudene. Hoje, ela não passa de uma instituição-monstro, mas isso não é minha culpa”.

e, j, k, n, o, q, s, t referem-se à Sudene da época de Celso Furtado. A partir desta representação da Sudene, engendra-se uma imagem positiva do político Celso Furtado. Imagem que se caracteriza pelo cidadão preocupado com os problemas estruturais do país e que luta para resolvê-los, ou seja, um cidadão com compromisso com a vida pública.

f, g, h, i, l, m, p, r, u referem-se à Sudene após Celso Furtado. A Sudene perde seus objetivos originais de vista e se torna uma instituição movida por corrupções e falcaturas políticas. Por conseguinte, hoje o Nordeste está esquecido, desamparado e cada vez mais miserável.

A citação desses recortes nos permite mostrar que, à construção enunciativa dos sentidos, subjaz um jogo temporal passado/presente que cinde a discursividade que sustenta o dizer, construindo dois espaços de definição para a Sudene, os quais denominamos *a Sudene da época de Celso Furtado* e *a Sudene após Celso Furtado*. Esse jogo temporal engendra um espaço para o presente que não coincide apenas com o acontecimento enunciativo, mas que estabelece uma continuidade em relação à Sudene após a saída de Celso Furtado de sua direção até a entrevista.

É interessante ressaltarmos que na entrevista figura um número significativo de orações condicionais. Condicionais com o verbo no pretérito mais-que-perfeito do subjuntivo e principais com o verbo no futuro do pretérito composto marcam tempos de ação completa, terminada, o que dá ao dizer um efeito de fato de realização impossível. Em relação à diretividade do dizer, podemos dizer que tais condições concorrem para o estabelecimento das diferentes representações da Sudene. Elas sugerem que a cassação impediu Celso Furtado de levar adiante seu projeto (leia-se a Sudene), o que estagnou a luta pelo desenvolvimento do Nordeste.

Quanto à entrevista de Fernando Henrique Cardoso, podemos dizer que a posição de sujeito que predomina e que organiza/administra a diretividade do dizer em relação às diferentes posições-sujeito que participam do/no acontecimento enunciativo, refere-se à representação social do político, vinculando-se a uma formação discursiva que abarca dizeres-e-sentidos favoráveis à sobreposição sociólogo/político na caracterização de um bom governante. Com efeito, a posição de sujeito predominante direciona o dizer para um lugar discursivo que conclui pela pertinência de um intelectual-político, em detrimento do político por vocação, na vida pública do Brasil. Vejamos alguns recortes de linguagem-e-situação, que podem nos ajudar a compreender a diretividade do dizer empreendida na entrevista de Fernando Henrique.

Queira ou não sempre houve muitos intelectuais na política^a, isso é tradicional no Brasil. Grandes intelectuais como Joaquim Nabuco, Gilberto Freyre, e hoje Florestan Fernandes, Delfim Neto, José Serra... mas repare que todos eles^b, em algum momento, dizem coisas que os do ramo^c não gostam. (FHC)

Não é por acaso (que) os grandes revolucionários foram intelectuais^d. Basta citar Lênin, para não falar de Marx ou mesmo de Khomeini. (FHC)
O intelectual na política rompe mais facilmente, por isso que os outros

desconfiam dele^e. De mim^f, por exemplo, sempre se desconfia na política^g, muitas vezes até sem se saber por quê. Mas o fato é que chega um momento em que você^h sente dentro de si uma inquietação que não aceita, que oⁱ obriga a romper com o grupo^j. Isso é ruim para o político, mas para o político cotidiano^k. Eu não me penso^l dessa maneira. Vou dizer uma coisa que às vezes digo e ninguém acredita que seja verdade: eu não tenho ambição de cargos^m. Não é isso que me move na políticaⁿ, porque realmente o substrato intelectual está muito forte em mim^o. (FHC)

O mais engraçado é que na política o intelectual^p sofre pressão dos dois lados: dos políticos que dizem que ele não é do ramo^q, que não pertence ao meio^r; e dos próprios intelectuais^s que passam a achar que como o cara^t é intelectual não pode ser político. (FHC)

Quando você se pinha no governo^x, tem de tomar decisões concretas; mas o que existe é o predomínio do tradicional, da rotina, porque a rotina está feita e pelo rotineiro você^y não quebra. (FHC)

a, b, c referem-se ao político-intelectual falando do intelectual na política. *a* sugere que há intelectuais-políticos. Toda a argumentação de Fernando Henrique direciona o dizer para um lugar discursivo que lhe outorga a imagem de um intelectual-político, quando, na verdade, a posição de sujeito que predomina no acontecimento enunciativo é aquela que chamamos didaticamente de 'político-intelectual'. A inversão caracteriza a subordinação da primeira posição pela segunda posição social. *b* é uma paráfrase de intelectual-político e *c* é uma paráfrase de político por vocação.

d, e referem-se ao intelectual-político *versus* político por vocação.

f marca o sujeito se colocando na posição intelectual-político. Não-coincidência com o sujeito do discurso que é marcado pela discursividade do 'político'.

g refere-se ao político por vocação. O *se* indetermina os políticos por vocação, engendrando um espaço para a indistinção de seus dizeres e ações.

h, i, j são marcas lingüísticas que, no imaginário, criam um efeito de generalização dos intelectuais e que, constitutivamente, mostram uma não-coincidência entre o sujeito do discurso e o sujeito narrado. Sendo assim, o político-intelectual (sujeito do discurso) difere do intelectual-político (sujeito narrado).

j sugere a inclusão do sujeito-falante no conjunto dos políticos por vocação. *k* é uma paráfrase de político por vocação.

m, n, o, p, q negam a posição 'político-intelectual', produzindo um efeito imaginário de inserção no conjunto intelectual-político.

r refere-se ao intelectual-político e *s, t* ao político por vocação.

u, v referem-se ao intelectual; porém, enquanto *u* designa os intelectuais que criticam o intelectual-político, *v* denota o intelectual-político.

x, z denotam respectivamente o intelectual na política e o intelectual que, sob a influência da rotina política, cede às tramóias e aos conchavos políticos.

Esses trechos analisados permitem-nos mostrar que, à construção enunciativa dos sentidos, subjaz um jogo parafrástico que traça uma definição para o político por vocação e outra para o intelectual-político. O desejo de ocupar um lugar de 'político diferente', predetermina a diretividade do dizer.

Na análise das entrevistas de Celso Furtado e de Fernando Henrique Cardoso, percebemos uma dualidade discursiva marcada por um jogo entre duas representações: o intelectual-político *versus* o político por vocação em FHC e o político honesto *versus* o político corrupto em CF. Em ambas as entrevistas, a direção argumentativa converge os dizeres-e-sentidos para um lugar discursivo que estabelece uma imagem 'diferenciada' de político para os sujeitos-falantes que faz parte do modo padronizado e institucionalizado de o político dizer. Esse modo consiste em falar mal dos outros políticos e se dizer/colocar como o bom político. Por conseguinte, a posição-sujeito 'político' organiza o dizer em uma determinada configuração discursiva que é afetada pelas constantes variações nas conjunturas históricas e sociais dos sujeitos-falantes.

5. Dobras interdiscursivas e efeitos imaginários: a ilusão de subjetividade

Neste tópico, procuramos compreender e explicitar a relação entre as dobras interdiscursivas e a ilusão de subjetividade a partir da análise dos efeitos imaginários que elas emprestam ao discurso. Para tanto, julgamos necessário discorrer sobre a questão da subjetividade, procurando mostrar que o conceito de *enunciação*, apresentado por Eduardo Guimarães, ao considerar o social e o histórico, nos permite tratar a subjetividade como uma ilusão necessária e constitutiva do discurso, visto que não reproduz o efeito-sujeito na prática de análise. Ao contrário, permite atravessar o efeito-sujeito e compreender como tal efeito se produz na atividade de linguagem.

5.1. Enunciação, posição-sujeito, subjetividade

A enunciação deve ser tratada como acontecimento histórico, como um acontecimento de linguagem perpassado pelo interdiscurso, que se dá como espaço de memória no acontecimento enunciativo. É um acontecimento que se dá porque a língua funciona na medida em que um indivíduo ocupa uma posição de sujeito no discurso, e isso, por si só, põe a língua em funcionamento, por afetá-la pelo interdiscurso. A enunciação, deste

modo, não diz respeito à situação. E, por ser assim afetada pelo interdiscurso, a enunciação não é homogênea, é uma dispersão que a relação com o interdiscurso produz. (Guimarães, 1995:65)

O sujeito, por conseguinte, é uma construção ideológica e historicamente constituída na/pela atividade de linguagem. A subjetividade refere-se à inscrição-identificação do sujeito-falante em relação a uma posição de sujeito que organiza e articula a relação entre os diferentes lugares de significação que constituem o sujeito do discurso. Essa consideração possibilita compreender a noção de sujeito do discurso como uma articulação entre posições de sujeito, em que uma posição de sujeito organiza/administra a relação entre as diferentes posições de sujeito e o interdiscurso que recortam e que se dá no acontecimento enunciativo como algo que começa e que termina, garantindo, assim, a consistência do dizer.

Podemos dizer, ainda, que o sujeito do discurso se refere à posição-autor, posto que *assume* os dizeres-e-sentidos do interdiscurso como seus. Os dizeres-e-sentidos se dão ao sujeito-autor no acontecimento. Esse processo enunciativo é fundamental para a consistência do dizer, uma vez que possibilita construir como unidade o que é, por natureza, disperso, produzindo a ilusão de um presente sem memória.

A ilusão de subjetividade é um efeito-sujeito produzido a partir da relação entre as diferentes posições-sujeito que constituem o sujeito-falante enquanto sujeito do discurso, sendo que uma posição-sujeito funciona como organizadora/administradora do lugar de inscrição-identificação histórica e ideológica do sujeito, sob o efeito de tomada de posição. No imaginário da atividade de linguagem, a ilusão de subjetividade empresta ao dizer a aparência de que o sujeito-falante detém o controle estratégico e intencional de seu dizer. Essa ilusão, que faz com que o sujeito-falante se enxergue enquanto fonte de seu discurso, é, com efeito, resultado do processo de interpelação ideológica do indivíduo em sujeito do discurso¹⁶. As posições de sujeito designam a relação de inscrição-identificação que interpela/constitui o indivíduo em sujeito do discurso.

Para que haja uma construção enunciativa dos sentidos e, por conseguinte, do sujeito do discurso, há a necessidade da ilusão de subjetividade, posto que o sentido de um enunciado se estabelece materialmente na medida em que pertença necessariamente a esta ou àquela formação discursiva¹⁷. O enunciado deve pertencer a uma formação discursiva para que produza um certo efeito de sentido e para que recalque para e pelo sujeito¹⁸ a possibilidade de o enunciado vir a ter outro sentido (pertencer à outra formação discursiva).

Podemos dizer, em decorrência do exposto, que *os processos enunciativos consistem em uma série de determinações sucessivas pelas*

quais o enunciado se constitui pouco a pouco e que têm por característica colocar o dito e, em consequência, rejeitar o não-dito (Pêcheux e Fuchs, 1975:175). Sendo assim, podemos argumentar que o interdiscurso é, por excelência, a matéria-prima para a produção de sentidos nos processos enunciativos. No entanto, essa discursividade interdiscursiva se esvanece aos olhos do sujeito-falante pelo funcionamento do esquecimento nº1, inevitavelmente inerente à prática subjetiva ligada à linguagem. O esquecimento nº1 caracteriza-se pela inacessibilidade do sujeito-falante aos processos que o constituem enquanto sujeito do discurso, regulando a relação entre o dito e o não-dito na enunciação.

Conforme Pêcheux e Fuchs (op. cit.:177), a enunciação equivale, portanto, a colocar fronteiras entre o que é dito e o que é não-dito. O não-dito desenha num espaço vazio o domínio de tudo o que teria sido possível ao sujeito-falante dizer, mas que não diz, ou o domínio de tudo a que se opõe o que o sujeito disse. Esta zona do não-dito pode estar mais ou menos próxima da consciência e há questões do interlocutor – visando a fazer, por exemplo, com que o sujeito-falante indique com precisão o que ele queria dizer – que o fazem reformular as fronteiras e re-investigar esta zona. Trata-se da zona de esquecimento nº2. Aquela que identifica a fonte da impressão de realidade do pensamento para o sujeito ('eu sei o que eu digo' e 'eu sei do que eu falo'). A relação entre os esquecimentos nº1 e nº2 remete à relação entre a condição de existência (não-subjetiva) da ilusão de subjetividade e as formas subjetivas de sua realização.

Em relação à emergência das dobras interdiscursivas, podemos dizer que o sujeito, no gesto de interpretação erigido pelo efeito da tomada de posição – inscrição-identificação com um lugar discursivo – pode *penetrar* na zona de esquecimento nº2 (a zona do saber), antecipar o efeito de *seu* dizer e retornar sobre o *seu* discurso para administrar/silenciar a polissemia dos dizeres-e-sentidos que se instaura na formulação do intradiscurso.

O funcionamento dos esquecimentos nº1 e nº2, que constituem o efeito-sujeito do/no discurso, instaura um simulacro de exterioridade para o sujeito em relação ao que enuncia. Daí podermos dizer que a ilusão de subjetividade apresenta uma ligação estreita com a ilusão de exterioridade, apresentada por Zoppi-Fontana (1997). Ilusão de subjetividade e ilusão de exterioridade são dois efeitos que se imbricam e se constituem mutuamente¹⁹.

5.2. Enunciação: subjetividade e exterioridade

No capítulo 'A testemunha: enunciação e exterioridade', Zoppi-Fontana (idem:28) descreve e explicita o funcionamento de uma posição enunciativa específica a partir da qual se produz como efeito uma ilusão de exterioridade

para o sujeito do discurso em relação ao acontecimento enunciativo. Para tanto, a autora nos chama a atenção para o fato de que, desde Bréal (1897), na caracterização do *elemento subjetivo da linguagem*, recorre-se à metáfora²⁰ do olhar, à metáfora da voz ou à metáfora do teatro (que condensa as duas anteriores). Acontece que tais metáforas não definem o elemento subjetivo da linguagem, elas apenas descrevem o que é entendido como uma de suas propriedades mais importantes: *o desdobramento da personalidade humana* (id. ibid.). A língua comporta formas que expressam esse desdobramento. Sendo assim, Zoppi-Fontana mostra, a partir dos estudos de Bally por um lado e dos de Bréal por outro, como o *lugar de exterioridade* produzido pelo funcionamento de tais processos metafóricos de significação que participam na construção de uma analogia destinada a explicitar o funcionamento do elemento subjetivo da linguagem acaba sendo projetado na língua como princípio descritivo de organização dos elementos que compõem o sistema lingüístico (idem:33).

Retomando a analogia de Bréal²¹, Zoppi-Fontana (idem:34) mostra que a metáfora do sonho permite pensar uma cisão constitutiva do sujeito enquanto autor e espectador interessado na enunciação. É neste espaço aberto pela metáfora do sonho que a autora desenvolve sua reflexão sobre a *ilusão de exterioridade*. Para tanto, estabelece diálogo com a escola francesa de Análise de Discurso, filiando-se à linha de reflexão teórica sobre a linguagem e a ideologia iniciada por Pêcheux e colaboradores no final da década de 60.

Considerar o discurso um objeto integralmente lingüístico e integralmente histórico produz uma (re)definição crítica dos conceitos de sujeito e de sentido que servem de base pré-teórica à maioria das correntes lingüísticas contemporâneas. Sendo assim, os trabalhos filiados à reflexão teórica fundada por Pêcheux pressupõem o descentramento do sujeito e a historicização do sentido. Sujeito e sentido se constituem reciprocamente em relação às formações discursivas dentro das quais ambos são produzidos como efeitos: efeito de sentido e efeito-sujeito (idem:35).

Os processos discursivos, por conseguinte, não têm origem no sujeito, mas se realizam necessariamente nele, através de uma relação de inscrição-identificação do sujeito-falante com uma posição de sujeito e, por conseguinte, com uma formação discursiva que organiza/administra a relação entre as diferentes posições de sujeito e/ou formações discursivas que participam na constituição do sujeito e dos sentidos no acontecimento enunciativo. (idem:35).

Esses pressupostos nos permitem pensar os mecanismos imaginários que, apoiados em diversas formas da língua, constituem o sujeito enquanto ego-imaginário. A representação do sujeito-falante enquanto ego-imagi-

nário é resultado do funcionamento do esquecimento nº1 e do esquecimento nº2. O esquecimento nº1 recalca para o sujeito a inscrição-identificação com uma formação discursiva a partir da qual enuncia. Os processos discursivos que constituem o discurso e o sujeito permanecem inacessíveis ao sujeito-falante. Já o esquecimento nº2 permite ao sujeito-falante um certo acesso às operações argumentativas e à organização do dizer que se apresentam como 'tomada de posição'. A 'tomada de posição' é imaginária, posto que agimos e/ou falamos a partir de lugares discursivos pré-determinados histórica e ideologicamente pela sociedade que nos comporta. Portanto, os processos discursivos que nos constituem sujeito do discurso nos são inacessíveis (idem:36).

Quanto às marcas de subjetividade, o funcionamento heterogêneo dos elementos do sistema lingüístico que servem de base material para a produção do efeito-sujeito permite o estabelecimento do simulacro de exterioridade para o sujeito-falante. Ele faz parecer que o sujeito-falante se vale da língua para expressar suas intenções subjetivas, como se a língua fosse uma construção meramente humana. Conforme Zoppi-Fontana (idem:39), o simulacro de exterioridade, na verdade, refere-se aos mecanismos simbólicos que constituem o sujeito-falante como sujeito do discurso (nível do esquecimento nº1) e ao funcionamento imaginário dos processos enunciativos (esquecimento nº2).

A autora, a partir das considerações teóricas de Deleuze (1986), que questionam a interioridade como resultado da exterioridade, um dentro como dobra do fora, define a ilusão de exterioridade como *o efeito-sujeito que se realiza através das formas do sistema lingüístico e que afeta ao sujeito, mas que é produzido pelo funcionamento dos processos discursivos que delimitam as diferentes posições de sujeito dentro do complexo de formações discursivas que intervêm como interdiscurso*. Esse efeito de exterioridade do sujeito em relação à língua funciona pelo efeito-sujeito produzido pela determinação do interdiscurso (idem:39).

O simulacro de exterioridade aparece, majoritariamente, nas teorias lingüísticas como sintoma de uma linha de fissura que atravessa as descrições da língua em todos os níveis de análise. Zoppi-Fontana (idem:39) nos diz que a linha de fissura funciona como dobra da língua, na qual se constitui o sujeito-falante como efeito-sujeito. Da dobra da língua resulta o discurso, que se constitui como base material dos processos simbólicos que estabelecem o esquecimento nº1 e como lugar teórico onde o funcionamento imaginário dos processos enunciativos constituem o esquecimento nº2, produzindo a ilusão de subjetividade. Em decorrência do exposto, a autora (re)define o simulacro de exterioridade como *um dos lugares de inscrição-identificação ideológica possíveis para o sujeito na sua relação*

constitutiva de identificação com as formações discursivas numa formação social determinada (idem:41). Essa concepção do simulacro de exterioridade de Zoppi-Fontana permite compreender os processos enunciativo-discursivos que envolvem os elementos do sistema da língua que emprestam ao dizer marcas de subjetividade e/ou formas de distanciamento na produção material do efeito-sujeito.

5.3. Do acréscimo contingente ao funcionamento discursivo das dobras interdiscursivas

No imaginário, as dobras interdiscursivas figuram como acréscimos contingentes que colaboram para o estabelecimento da ilusão de subjetividade, posto que representam a relação do sujeito-falante com seu próprio dizer. Nesta subseção, buscamos compreender e analisar a relação dos efeitos imaginários das dobras interdiscursivas e seu funcionamento constitutivo referente à diretividade e à consistência do dizer.

(1) *Quando veio a televisão, sofremos uma nova revolução. As mensagens são rápidas, curtas, mais indicativas do que argumentativas: a gente vai logo ao finalmente.(...) Tanto é assim que hoje o político – imagino que todas as pessoas, não só o político – que não seja capaz de ir direto ao ponto não tem espaço na mídia.* (FHC)

O recorte (1) se inscreve na resposta de Fernando Henrique sobre o valor da palavra no processo político atual. Ele comenta a influência dos meios de comunicação de massa no valor das palavras: *as palavras perderam um pouco o valor, qualquer bandeira é bandeira e vazia...*

No imaginário, a emergência da dobra interdiscursiva *imagino que todas as pessoas, não só o político* se constitui como um comentário do sujeito-falante sobre o *seu* próprio dizer. É como se ele inserisse uma opinião pessoal sobre o assunto. Esse comentário lateral funciona como argumento a favor do que diz, posto que universaliza a necessidade de clareza e concisão do falar. Ele incide sobre a natureza epistêmica da proposição que comenta, conferindo-lhe um caráter de verdade que trabalha a credibilidade do dizer junto ao(s) interlocutor(es).

Na dimensão constitutiva do sujeito e dos dizeres-e-sentidos, a dobra interdiscursiva põe em cena um dizer que aparentemente se filia à posição-sujeito 'individual', devido à ocorrência da forma linguisticamente marcada: o verbo *imaginar* conjugado na primeira pessoa do presente do indicativo, denotando uma impressão subjetiva. Com efeito, esse jogo lingüístico dissimula a posição de sujeito no acontecimento enunciativo, fazendo parecer que o dizer-e-sentido-outro está do lado de fora da dobra e que, neste caso, a dobra interdiscursiva comporta um dizer-e-sentido do sujeito-falante. No entanto, a negação *não só o político* contida na dobra interdiscursiva

descortina a posição-sujeito da qual o sujeito-falante enuncia. A posição-sujeito da qual Fernando Henrique enuncia é a posição-sujeito 'político', o que fica evidente quando associamos a emergência da dobra interdiscursiva à argumentação enquanto diretividade do dizer.

A dobra interdiscursiva funciona como argumento para silenciar o dizer-e-sentido-outro que apregoa que o político diz e não diz nada, ou seja, que é um embromador por natureza, ao expandir tal peculiaridade a qualquer indivíduo. Por outro lado, temos aí uma crítica ao político embromador que advém da memória discursiva e que o sujeito do discurso incorpora ao discurso como *seu* dizer.

Podemos dizer, por conseguinte, que a dobra interdiscursiva *imagino que todas as pessoas, não só o político* instaura um argumento de defesa. Há, na dobra interdiscursiva, um espaço de defesa para o político, mas para o político que é conciso, que não embroma. Esse político é caracterizado no dizer de Fernando Henrique pelo intelectual-político. O político embromador é o político por vocação. É em relação a este que a crítica se estabelece. Isso nos permite argumentar que essa dobra interdiscursiva trabalha a diretividade do dizer, conduzindo-o para um lugar discursivo que equivale o bom político ao intelectual na política, em detrimento do político por vocação.

(2) *Já se sabe quais são as categorias intelectuais para entendê-las, mas as coisas não mudam. O povo também está cansado disso, está irritado com a promessa de mudança que não se concretiza. Talvez o que falte agora seja uma análise, como é que eu vou dizer, mais construtiva da sociedade. Fomos capazes de criticar, e creio que esse tenha sido um papel importante que minha geração prestou e outras gerações também. Fomos capazes de criticar, fomos intelectuais que não nos vendemos, que não nos acomodamos.* (FHC)

A dobra interdiscursiva, em (2), pontua uma não-coincidência entre a posição-sujeito da qual se enuncia e a posição-sujeito que sustenta o dizer-e-sentido, tornando possível enunciar-lo. A emergência da dobra como é que eu vou dizer produz, no imaginário, um efeito de busca de denominação. Efeito esse que impele ao dizer informalidade e descompromisso com a sua exatidão, além de atenuar a sua força ilocucionária.

Por outro lado, a dobra interdiscursiva recalca o dizer-e-sentido próprio ao lugar de inscrição-identificação do sujeito, injungindo-o a um dizer-e-sentido-outro. Com efeito, o dizer-e-sentido intradiscursivo não-coincide com o dizer-e-sentido que constitui o sujeito e com o qual se identifica, uma vez que a dobra interdiscursiva irrompe como resultado da inacessibilidade do sujeito a ele mesmo. Neste caso, a inacessibilidade do sujeito a ele mesmo é marcada pelo silêncio local. Ou seja, há a interdição

do dizer-e-sentido, porque o lugar discursivo de que fala não lhe permite enunciá-lo diretamente, devido ao contato com o social e suas coerções, sendo necessário um retorno do sujeito ao seu lugar de inscrição-identificação para (re)formular o dizer-e-sentido. Portanto, podemos dizer que a dobra interdiscursiva marca a não-coincidência ao mesmo tempo em que a homogeneiza na dimensão do imaginário, o que garante ao dizer sua consistência.

(3) *Mas essas coisas são o fermento da política, senão ela corre o risco de virar uma conciliação permanente de interesses. A política tem muito disso, mas tem de ter também algo de quebra de interesses – e acho que o intelectual quebra mais. Não por acaso os grandes revolucionários foram intelectuais.* (FHC)

Aqui, Fernando Henrique comenta que na política há quebra de interesses, que nem tudo é resolvido na base de conchavos e tramóias políticas. A dobra interdiscursiva *e acho que o intelectual quebra mais* emerge como um comentário do sujeito-falante: há quebra de interesses na política, mas isso é um comportamento mais comum aos intelectuais-políticos e não aos políticos por vocação.

Em uma abordagem funcionalista-pragmaticista da questão, poderíamos dizer que a dobra interdiscursiva em (3) constitui meramente a inserção de uma opinião lateral do sujeito-falante. O sujeito-falante interrompe momentaneamente o fluxo discursivo para fazer um comentário pessoal sobre o assunto. Esse comentário é tido como importante para a informação de base ideacional, posto que sinaliza aquilo que o sujeito-falante tem a intenção de acrescentar ao conhecimento de seu(s) interlocutor(es). A emergência da dobra interdiscursiva *e acho que o intelectual quebra mais* faz parecer que o sujeito-falante insere em seu dizer uma informação nova sobre um determinado consenso de que há quebra de interesses na política. A dobra sugere que tal postura política é típica aos intelectuais-políticos e não aos políticos por vocação. Esse modo de considerar o fenômeno contradiz nosso lugar teórico de filiação, visto que não teoriza o sujeito, trabalhando no/o imaginário da língua e, por conseguinte, o efeito-sujeito.

Na perspectiva teórica da Semântica Histórica da Enunciação, a dobra interdiscursiva em (3) pontua o lugar discursivo, a posição-sujeito da qual o sujeito-falante enuncia. Considerando a diretividade do dizer, que organiza/administra os dizeres-e-sentidos no acontecimento enunciativo, podemos dizer que, a partir da posição de sujeito 'político', é que o sujeito-falante enuncia.

Acontece que há uma não-coincidência entre o lugar histórico e ideológico de inscrição-identificação do sujeito e os dizeres-e-sentidos que a formulação intradiscursiva reclama no acontecimento enunciativo. É que

a posição-sujeito da qual o sujeito-falante enuncia não se identifica com o sujeito narrado. A emergência da dobra interdiscursiva concorre para a diretividade do dizer, posto que constrói uma argumentação que converge os dizeres-e-sentidos do/no acontecimento enunciativo para um lugar discursivo que apregoa uma condição para o bom político: ser também um intelectual. Sem a dobra interdiscursiva *e acho que o intelectual quebra mais*, o dizer intradiscursivo poderia comprometer a diretividade do dizer, uma vez que os dizeres-e-sentidos acabariam por se referir aos políticos por vocação. Daí podermos dizer que a dobra interdiscursiva emerge para administrar/silenciar a contradição que se estabelece pelo viés do construto deste imaginário de bom político que se produz pelo jogo das representações sociais: intelectual e político. Por conseguinte, estamos diante de um fenômeno enunciativo-discursivo e não de uma mera inserção da opinião do sujeito-falante. Tanto é assim que a dobra interdiscursiva não ocorre em qualquer ponto do dizer e/ou onde queira o sujeito-falante. Ela ocorre onde há uma tensão discursiva, onde a formulação intradiscursiva não consegue apagar/silenciar dizeres-e-sentidos-outros que contradizem o lugar de inscrição-identificação do sujeito, onde o sujeito do discurso reconhece, a partir de seu lugar de inscrição-identificação histórica e ideológica, a iminência da instauração de um ponto de fuga dos sentidos (possibilidade de gestos-outros de interpretação). Sendo assim, a emergência da dobra interdiscursiva é licenciada por uma necessidade discursiva que se refere à textualização do político.

(4) *É que o solo nordestino semi-árido retém pouca água. De uma maneira geral o cristalino está quase à mostra, (...) a água corre rápido demais, lava rapidamente o solo, não é retida. Como a evaporação é fortíssima. Se tem em conta que a evaporação no Nordeste é duas vezes e meia a precipitação, o resultado é que essa água que cai, se não for adequadamente protegida, retida e conservada, inclusive em barragens subterrâneas – coisa que no Nordeste pouco se faz – ela se perde. Portanto, a situação nordestina é mais grave do que pensa qualquer pessoa que chega lá, olha o índice de precipitação e diz que 800 milímetros é um índice bom.* (CF)

Celso Furtado comenta em (4) a questão da retenção da água pluvial em relação às características do solo nordestino nas regiões da caatinga. Ele acredita que a construção de barragens subterrâneas contribuiriam para melhorar o problema da seca no Nordeste.

A dobra interdiscursiva *coisa que no Nordeste pouco se faz* emerge na direção discursiva que estabelece uma crítica aos dirigentes políticos, pois há tecnologia e conhecimento suficientes para melhorar a situação nordestina, mas nada é feito. Essa dobra interdiscursiva, por conseguinte, apre-

senta-se, no imaginário, como um comentário crítico do sujeito-falante sobre a acomodação dos dirigentes políticos em relação aos problemas do Nordeste e suas soluções viáveis.

A presença do termo *inclusive* sugere que, se hoje sabemos até fazer barragens subterrâneas é porque temos tecnologia e conhecimento suficientes para combater a seca no Nordeste e, por conseguinte, combater a fome. Na dobra interdiscursiva, temos o agente da ação indeterminado, sugerindo que não interessa quem esteja no poder, o quadro nordestino tende a manter-se e/ou agravar-se, porque o verbo figura no presente do indicativo, impelindo ao dizer o tempo presente, remetendo a crítica à Sudene após Celso Furtado. Se ele estivesse no poder, se não tivessem cassado seu direito de participar da vida pública no país, poderia mudar o quadro nordestino, porque ele sabe o que fazer e tem compromisso com a vida pública.

Na verdade, a dobra *interdiscursiva coisa que no Nordeste pouco se faz* emerge como resultado de uma tensão discursiva que a própria formulação dos dizeres-e-sentidos intradiscursivos reclama. Ao intradiscorso subjazem dizeres-e-sentidos que poderiam estabelecer um lugar discursivo que asseveraria uma ação no Nordeste contra a seca. A emergência da dobra interdiscursiva denega que se façam barragens subterrâneas. Ela emerge para administrar/silenciar dizeres-e-sentidos-outros que aderem ao intradiscorso e que o contestam: *há tecnologia e conhecimento para melhorar a situação nordestina. Então, por que a situação no Nordeste é tão grave?*

A dobra emerge para pontuar que, no *presente* (Sudene após Celso Furtado), pouco ou nada se faz para melhorar a situação nordestina. No *passado* (Sudene na época de Celso Furtado), não era assim. Havia pessoas preocupadas em lutar por melhorias no Nordeste. Sendo assim, se levamos em conta a diretividade do dizer impelida pelo jogo temporal argumentativo passado/presente, podemos argumentar que tal dobra interdiscursiva constitui uma marca deste jogo. Ela marca que a Sudene na época de Celso Furtado foi a única instituição que se preocupou, de verdade, com o Nordeste. A Sudene após Celso Furtado tornou-se uma instituição corrupta, filiada à *indústria da seca* que, no dizer de Celso Furtado, é uma expressão feliz do jornalista Antônio Callado ao se referir ao grupo da oligarquia do açúcar monopolizador das melhores terras do Nordeste que lucram com a seca no Nordeste, utilizando-a como pretexto para angariar fundos. Neste quadro de convergência política, a Sudene prevalece como uma instituição para a 'lavagem' de verbas desviadas.

Por conseguinte, a intenção predeterminada pelo lugar de inscrição-identificação de Celso Furtado é fazer crer a seu(s) interlocutor(es) que a

Sudene na época dele é extremamente diferente da Sudene após ele, para, dessa forma, dissociá-lo da chamada *indústria da seca* e apresentá-lo como alguém realmente preocupado com os problemas do Nordeste e do Brasil. Ou seja, para apresentá-lo como político honesto. A entrevista de Celso Furtado constitui uma espécie de apologia feita pelo sujeito-falante de si mesmo e da Sudene da sua época.

(5) *Ela (Luíza Erundina) poderia ser mulher e não ter qualidades, mas, pelo que posso observar, é uma pessoa equilibrada, com profundo sentido social e, portanto, alguém que merece admiração de quem tem compromisso com a vida pública, que é o meu caso.* (CF)

Nesse recorte de linguagem-e-situação, Celso Furtado comenta o fato de São Paulo ter uma prefeita (Luíza Erundina). A dobra interdiscursiva *pelo que posso observar* emerge no discurso com o efeito imaginário de atenuar o compromisso do sujeito-falante com a verdade da asserção, constituindo-se como um recurso de modalização epistêmica do dizer, do qual o sujeito-falante se vale para não arriscar um comentário 'equivocado'. O verbo *ser* conjugado no presente do modo indicativo assevera a asserção e a dobra interdiscursiva atenua a força ilocucionária que a flexão do verbo produz.

Constitutivamente, podemos dizer que a dobra interdiscursiva *pelo que posso observar* emerge para administrar/silenciar uma não-coincidência entre os dizeres-e-sentidos intradiscursivos e os dizeres-e-sentidos que constituem o sujeito. Essa não-coincidência produz uma outra não-coincidência: a do sujeito do discurso com o sujeito narrado na dobra interdiscursiva. A dobra interdiscursiva administra/silencia as não-coincidências que participam na construção enunciativa dos sentidos sem apagá-las, produzindo um efeito de homogeneidade. É esse efeito imaginário de homogeneidade (unidade) que garante ao dizer-e-sentido sua consistência.

Quanto à dobra interdiscursiva *que é o meu caso*, podemos dizer que ela sustenta os dizeres-e-sentidos pertinentes ao lugar discursivo de inscrição-identificação do sujeito-falante. Ela sinaliza a diretividade do dizer, visto que define o sujeito-falante como alguém compromissado com a vida pública, concorrendo, por conseguinte, para a construção da representação (imagem) de político honesto para Celso Furtado. Assim, Celso Furtado se desvincula da imagem negativa que norteia a Sudene, pois se a Sudene está como está não é sua culpa. Afinal, ele foi até cassado pelos usineiros do açúcar de Pernambuco, por causa de suas qualidades enquanto homem público e por causa de sua preocupação com o pobre e desvalido Nordeste, como podemos observar pela transcrição do recorte seguinte:

Vim para o Nordeste com minha fantasia organizada e tive a oportunidade extraordinária, dada pelo presidente Kubitschek com a Operação

Nordeste, da qual saiu a Sudene. Em seguida, tive o apoio do presidente Jânio Quadros, do presidente João Goulart etc. E depois tive de interromper toda essa obra, e termino esse livro (A fantasia desfeita) dizendo: “E assim, a minha fantasia, que eu havia organizado para lutar pelo nosso Nordeste, desvalido e pobre Nordeste, essa fantasia foi desfeita, foi levada como por uma enxurrada, está tudo perdido”. Assim termina o livro, exatamente quando sou cassado de direitos e sou nada mais nada menos que proibido de trabalhar no Brasil para a coisa pública e, portanto, assim me fecham todas as portas de continuidade de ação no Nordeste. (CF)

(6) O que me preocupa hoje - a mim que já vivi distintas fases da luta pelo desenvolvimento do Brasil - o que me preocupa hoje é a apatia, o desvio das atenções para o estritamente perfunctório, para o imediato, para o que é conjuntural, para a crise deste momento, como se o Brasil não fosse um processo histórico maravilhoso. (CF)

A emergência da dobra interdiscursiva *a mim que já vivi distintas fases da luta pelo desenvolvimento do Brasil* concorre para o estabelecimento do jogo temporal argumentativo passado/presente. Hoje existe uma apatia em relação aos problemas brasileiros de ordem estrutural. No passado, havia pessoas preocupadas com tais problemas. O sujeito-falante se põe no conjunto das pessoas que, além de estarem preocupadas com os problemas brasileiros, também lutaram para resolvê-los. No imaginário, portanto, a dobra interdiscursiva se apresenta como um comentário do sujeito-falante sobre sua trajetória política. Na verdade, a dobra interdiscursiva emerge para administrar/silenciar dizeres-e-sentidos-outros que contestam a autoridade para falar. Daí a necessidade discursiva referente à textualização do político de localizar no quadro histórico, social e político brasileiro o lugar de inserção do sujeito-falante, pontuando sua ação política.

Podemos dizer, por conseguinte, que a dobra interdiscursiva textualiza o político, direcionando o dizer para um lugar discursivo que considera a Sudene na época de Celso Furtado e a atuação de Celso Furtado no Nordeste uma luta pelo desenvolvimento do Nordeste e, por conseguinte, do país, visto que o sujeito-falante se diz alguém que fez tudo o que estava ao seu alcance para melhorar a situação nordestina. Foi a falta de apoio de determinados governos e a força política dos usineiros do açúcar em Pernambuco que desfizeram a fantasia organizada de Celso Furtado para lutar contra o pobre e desvalido Nordeste. Portanto, a emergência da dobra interdiscursiva *a mim que já vivi distintas fases da luta pelo desenvolvimento do Brasil* participa da construção da imagem do político honesto para Celso Furtado, tendo, assim, uma razão discursiva para a sua emergência no dizer. Ou seja, não se constitui como um acréscimo contingente-

te, mas como *um mecanismo de controle dos sentidos, para que os sentidos tenham uma direção específica que construa uma posição do sujeito.* (Orlandi, 1996:89)

6. Considerações Finais

A partir das análises aqui realizadas, podemos compreender e constatar a importância do fenômeno das dobras interdiscursivas para o estabelecimento da ilusão de subjetividade. A ilusão de subjetividade garante a ilusão de unidade do dizer e do sujeito. Ilusões necessárias para o estabelecimento das relações de sentido. Ou seja, ilusões necessárias para que o sujeito signifique e produza sentidos.

As análises mostram que as dobras interdiscursivas constituem um lugar de evidência da descontinuidade do discurso, que descortina diferentes posições-sujeito (dispersão do sujeito) funcionando na construção enunciativa dos sentidos. As dobras interdiscursivas fazem parecer que o sujeito controla estrategicamente e intencionalmente o seu dizer, valendo-se da língua como bem lhe aprouver, uma vez que a ressonância interdiscursiva de significação que compõe a dobra interdiscursiva se cose ao discurso como um acréscimo contingente do sujeito-falante. Esse efeito imaginário das dobras interdiscursivas concorre para o estabelecimento do imaginário da atividade de linguagem.

O imaginário dos processos enunciativo-discursivos, sua capacidade de se fazer parecer reflexo da realidade se apresenta sempre na construção de determinadas operações retóricas como condição de produção da unidade imaginária do discurso e dos sentidos. As dobras interdiscursivas constituem operações retóricas que estabelecem a unidade imaginária do discurso e dos sentidos. Aí encontra-se a importância do fenômeno para a construção enunciativa dos sentidos. O imaginário engendra uma relação de verossimilhança que constrói a ilusão de subjetividade e a unidade do discurso. Essa relação transpõe a opacidade constitutiva dos sentidos em transparência imaginária.

No discurso e no sujeito, realizam-se e se processam as distintas estratégias retóricas. Estas são estabelecidas pelo lugar discursivo de inscrição-identificação histórica e ideológica do sujeito. É o imaginário que constitui a institucionalização dos sentidos. Por outro lado, é a relação com a “realidade” intermediada pelos sentidos a que funda a constituição da subjetividade. A mediação significativa entre o sujeito e a *sua realidade* é eficaz, uma vez que conforma representações derivadas da importância que adquirem os mecanismos da estrutura social na emergência dos processos de sentidos institucionalizados pela Ideologia. O retorno às situações institucionalizadas organiza as representações e o retorno às condições sociais exigem do dis-

curso sua constituição imaginária. As evidências subjetivas se explicam historicamente e o mecanismo ideológico (de naturalização do histórico) é compreensível a partir da “percepção direta da realidade”.

O imaginário discursivo constitui uma dimensão da prática social: a produção de discursos específicos, as estruturas rituais de organização das condutas e regulações das atitudes são elementos que atravessam a prática social e ligam os sujeitos a seus lugares predeterminados na estrutura social. A prática discursiva é produzida por um conjunto de relações de sentido e de força, de mecanismos que funcionam de forma dispersa. No entanto, na sociedade o que funciona em termos de linguagem são os efeitos imaginários. Portanto, na sociedade, os efeitos imaginários das dobras interdiscursivas é que importam. O imaginário é um componente inalienável da produção significativa em uma sociedade. A formação imaginária se define a partir das perspectivas dos dizeres-e-sentidos e o efeito de transparência da linguagem resulta do esquecimento que se opera no sujeito-falante: o esquecimento da determinação dos sentidos e, por conseguinte, do sujeito, pelo interdiscurso.

O esquecimento é constitutivo da condição necessária para o funcionamento dos processos enunciativos. O esquecimento nº1 estabelece a possibilidade da passagem do sujeito-falante por diferentes lugares de significação; e o esquecimento nº2 faz com que o sujeito, ao se colocar socialmente, perceba-se subjetivamente. Em um mesmo acontecimento enunciativo, o sujeito-falante ocupa diferentes posições de sujeito. A relação do sujeito-falante com o que diz é complexa. As posições de sujeito são representadas em diferentes perspectivas de enunciação. Há marcas lingüísticas – as dobras interdiscursivas as exemplificam – que atestam a inscrição-identificação do sujeito-falante com um determinado lugar discursivo. Esse lugar discursivo é determinado historicamente pela sociedade que o acolhe em sua estrutura. Acontece que os modos pelos quais o sujeito se inscreve no dizer se fazem corresponder a diferentes representações que particularizam a enunciação.

Notas

* Doutoranda em Lingüística pelo Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP.

¹ FHC lecionou em universidades brasileiras, européias e norte-americanas e fundou o CEBRAP. Na política, foi Senador e, atualmente, cumpre seu segundo mandato na Presidência da República, enquanto CF foi ministro do planejamento no governo João Goulart e ministro da cultura no governo José Sarney. Desde 1949, integra o corpo permanente de economistas da ONU. Foi o idealizador e primeiro diretor da SUDENE.

² Ela propõe uma forma de pensar o sujeito que se afasta tanto do idealismo subjetivista (sujeito individual) como do objetivismo abstrato (sujeito universal).

³ Esses recortes serão analisados na seção “Do acréscimo contingente ao funcionamento discursivo das dobras interdiscursivas”.

⁴ Em todos os recortes de linguagem-e-situação trabalhados neste artigo, as dobras interdiscursivas estão destacadas pelo recurso do negrito.

⁵ Consideramos aqui a noção de paráfrase enquanto ressonância interdiscursiva de significação. Noção que aparece em Serrani (1993:47). Há funcionamento parafrástico quando ocorre uma ressonância interdiscursiva de significação que constrói a realidade (imaginária) de um sentido. A ressonância significativa é um efeito de vibração semântica mútua que caracteriza o processo parafrástico no nível do interdiscurso. Sendo assim, a paráfrase acontece como uma ressonância significativa vertical ao discurso que se repete em sua horizontalidade (intradiscurso), por meio de diferentes realizações lingüísticas.

⁶ A denegação é um funcionamento definitório das dobras interdiscursivas. Portanto, ela se dá independentemente da aparição ou não de marcadores de negação nos enunciados.

⁷ A variação dessas marcas prosódicas é estabelecida com base na marca prosódica considerada normal de cada falante, segundo sua qualidade de voz.

⁸ A pausa aerodinâmica é aquela que decorre da necessidade de respirar do sujeito-falante e que não tem um funcionamento discursivo (Cagliari, 1992:142).

⁹ A polissemia é a multiplicidade de sentidos e a paráfrase é a permanência do mesmo sentido sob formas diferentes. A noção de polissemia se refere à exposição da linguagem ao real, constituindo-se como o lugar da história. Há uma tensão discursiva que aponta para a não-coincidência. A não-coincidência é uma manifestação do real sobre a atividade de linguagem. Tensão entre o que é garantido e o que se tem de garantir. Essa tensão discursiva resulta da relação entre o processo de paráfrase e o processo de polissemia. Há uma força na linguagem que desloca os sentidos. A polissemia resta como força indomada. Os dizeres-e-sentidos são polissêmicos por natureza, posto que a polissemia se refere às infinitas direções possíveis para os dizeres-e-sentidos. (Orlandi, 1978)

¹⁰ Na teoria do esquecimento de Pêcheux, o esquecimento n^o1 refere-se ao apagamento para o sujeito do fato de que resulta de um processo histórico e ideológico, produzindo o efeito do sujeito como ‘causa de si’, enquanto o esquecimento n^o2 refere-se ao modo como os indivíduos, enquanto sujeitos-falantes, recebem o sentido do que ouvem/dizem e/ou lêem/escrevem. O sentido é recebido como evidente, como transparente. O funcionamento desses esquecimentos produz a ilusão subjetiva do sujeito como ego-imaginário, ou seja, denota um sujeito-falante caracterizado pelo livre arbítrio e pela onipotência sobre o que diz e como diz.

¹¹ Entendemos ‘posição social’ como posições ocupadas pelo sujeito-falante nos diferentes contextos que se lhe apresentam na vida social.

¹² Metáfora emprestada de Pêcheux, 1975:157.

¹³ Conforme Serrani-Infante (1998), os psicanalistas costumam recorrer à Faixa de Möbius para representar a complexidade da relação dentro/fora da constituição da subjetividade. A partir de uma analogia entre a faixa e o discurso podemos pensar a interdependência da relação interior/exterior que existe entre o sujeito e a língua. Os processos enunciativos mobilizam a constituição da subjetividade no dizer. A dispersão do sujeito é constitutiva, mas a ilusão de subjetividade é necessária para que haja sujeito e sentido e, por conseguinte, para que haja a ilusão da unidade do discurso e do sujeito.

O discurso apresenta, assim como a faixa, duas dimensões (a dimensão da constituição e a dimensão da formulação); é não-orientável, posto que o sujeito não tem acesso aos processos que o constituem enquanto sujeito e o bordo denota a autonomia relativa da língua.

¹⁴ A textualização do político é a apreensão dos gestos de interpretação inscritos na materialidade do texto. É a direção que se especifica na história pelo mecanismo ideológico da constituição do sentido no acontecimento enunciativo (Orlandi, 1996:22). Sendo assim, podemos entender

o político como *um espaço de relações que necessariamente se constituem enquanto poder, o que não significa reduzi-lo ao exercício do poder na análise da dominação política, mas que nos permite pensá-lo em relação às diferentes posições de sujeito: o político como as possibilidades na relação entre posições de sujeito* (Lagazzi-Rodrigues, 1998:33).

¹⁵ Faye, apud Zoppi-Fontana, 1997:19.

¹⁶ É notório que o sistema lingüístico apresenta formas lingüísticas de referenciação ao efeito-sujeito, mas não podemos reduzi-lo a tais marcas formais, posto que as mesmas marcas podem funcionar diferentemente dependendo das condições de produção. Por conseguinte, as formas lingüísticas de subjetivação não podem ser consideradas como causa suficiente, senão como manifestação de processos de significação e de subjetivação determinados alhures. Não se pode restringir, portanto, a subjetividade à presença de algumas marcas lingüísticas. Cometer esse equívoco significa desconsiderar o processo discursivo que se constitui pela relação que se estabelece entre o sujeito do discurso, as formações discursivas que o afetam e as outras formações discursivas que aí se entrecruzam. Por outro lado, não podemos esquecer de *que toda atividade de linguagem necessita da estabilidade destes pontos de ancoragem para o sujeito* (Pêcheux e Fuchs, 1975:174). A relação dialógica *eu-tu* é fundamental para a questão da subjetividade. O processo enunciativo é o lugar da relação do *eu* e do *tu*, mediados pelo social que os envolve. E, finalmente, devemos lembrar que a língua é o lugar material em que se realizam os efeitos de sentido.

¹⁷ Uma formação discursiva é constituída-margeada pelo que lhe é exterior, pelo interdiscurso que aí é estritamente não-formulável, uma vez que a determina. (Pêcheux e Fuchs, 1975:177)

¹⁸ O recalque *para* o sujeito refere-se à relação entre o esquecimento n^o1 e o esquecimento n^o2, a qual engendra a ilusão de subjetividade e de transparência da linguagem. O sujeito precisa desta ancoragem para se significar e para significar. O recalque *pelo* sujeito refere-se à constituição do sujeito, a qual depende do recalque das outras posições, posto que, ao se constituir enquanto sujeito, há o silenciamento das posições de sujeito que não injungem o sujeito do/no acontecimento enunciativo. Este silenciamento é necessário para a constituição das ilusões de subjetividade e de unidade do dizer e do sujeito.

¹⁹ Pêcheux (1975:163) nos antecipa essa relação quando explica o funcionamento da forma-sujeito como *um processo natural e sócio-histórico pelo qual se constitui-reproduz o efeito-sujeito como interior sem exterior, e isso pela determinação do real (exterior), e especificamente do interdiscurso como real (exterior)*.

²⁰ Zoppi-Fontana (1997) está se valendo do termo metáfora como *processo sócio-histórico que serve como fundamento da apresentação (donation) de objetos para sujeitos, e não como uma simples forma de falar que viria secundariamente a se desenvolver com base no sentido primeiro, não-metafórico, para o qual o objeto seria um dado natural, literalmente pré-social e pré-histórico*. (Pêcheux, 1975:132)

²¹ *Se é verdade, como se pretendeu, algumas vezes, que a linguagem é um drama em que as palavras figuram como atores e em que o agenciamento gramatical reproduz os movimentos dos personagens, é necessário pelo menos melhorar essa comparação por uma circunstância especial: o produtor intervém freqüentemente na ação para nela misturar suas reflexões e seu sentimento pessoal, não à maneira de Hamlet que, mesmo interrompendo seus atores, permanece alheio à peça, mas como nós mesmos fazemos no sonho, quando somos ao mesmo tempo espectador interessado e autor dos acontecimentos. Essa intervenção é o que proponho chamar o aspecto subjetivo da linguagem*. (Bréal, 1897:157)

100
101
102
103
104
105
106
107
108
109
110
111
112
113
114
115
116
117
118
119
120
121
122
123
124
125
126
127
128
129
130
131
132
133
134
135
136
137
138
139
140
141
142
143
144
145
146
147
148
149
150
151
152
153
154
155
156
157
158
159
160
161
162
163
164
165
166
167
168
169
170
171
172
173
174
175
176
177
178
179
180
181
182
183
184
185
186
187
188
189
190
191
192
193
194
195
196
197
198
199
200